

Imagens de uma vida: memórias fotográficas da educação capixaba no acervo de José Celso Claudio

Images of a lifetime: photographic memories of Espírito Santo education in the José Celso Claudio collection

André Malverdes

Universidade Federal do Espírito Santo/Departamento de Arquivologia, Avenida Fernando Ferrari, 414, Goiabeiras, Vitória/ES, malverdes@gmail.com.

Resumo

O objetivo do trabalho é apresentar procedimentos metodológicos adotados e os resultados do projeto “O Mundo da Educação em Imagens: acervo pessoal de José Celso Claudio”. A metodologia aplicada à realização deste trabalho seguiu as recomendações e as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), do qual o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) faz parte. A instituição recebeu o acervo organizado, acondicionado e digitalizado para compor seu patrimônio documental do estado do Espírito Santo. No que diz respeito à metodologia arquivística, foi adotado mantermos os documentos dentro das séries estipuladas, conforme as principais atividades de seu produtor, de forma a refletirem as relações funcionais e estruturais da pessoa que as produziu, com o risco de se perderem caso o arranjo não fosse mantido. Carvalho e Alencar (2010) destacam que: “na arquivística, [...], a noção de contextualização se fixa na ‘gênese documental’, isto é, no momento de produção, incluindo ainda o pequeno circuito que cumpre o documento dentro da empresa, instituição ou vida privada.” Foi nessa perspectiva que pensamos, organizamos e apresentamos essa proposta de arranjo e descrição. O projeto resultou na publicação do catálogo, a descrição do Fundo José Celso Claudio, oficinas pedagógicas, exposição. Os arquivos pessoais em alguns casos possuem informações fundamentais para a recuperação da memória ou para o desenvolvimento da pesquisa histórica, científica ou tecnológica do país. Conhecer e identificar essa importante fonte documental pode resultar, na maioria das vezes, numa atividade complexa e de difícil desenvolvimento. Porém, identificar e proporcionar a difusão dos principais arquivos fotográficos, em nível local e nacional, propiciará, a médio e longo prazo, subsídios para importantes investigações que tenham como objeto o patrimônio documental e cultural brasileiro.

Palavras-chave: Arquivologia; Catálogo; Educação - Espírito Santo (Estado); Fotografia; Memórias.

Abstract

The objective of the work is to present methodological procedures adopted and the results of the project “The World of Education in Images: José Celso Claudio's personal collection”. The methodology applied to carry out this work followed the recommendations and norms established by the National Council of Archives (CONARQ), of which the Public Archive of the State of Espírito Santo (APEES) is a part. The institution received the collection organized, packaged and digitized to compose its documentary heritage of the state of Espírito Santo. Regarding the archival methodology, it was adopted to keep the documents within the stipulated series, according to the main activities of their producer, in order to reflect the functional and structural relationships of the person who produced them, with the risk of being lost if the arrangement was not established. Carvalho and Alencar (2010) emphasize that: “in archival science, [...], the notion of contextualization is fixed in the 'documentary genesis', that is, at the moment of production, including the small circuit that fulfills the document within the company, institution or private life.” It was in this perspective that we thought, organized and presented this proposal of arrangement and description. The project resulted in

the publication of the catalog, the description of the José Celso Claudio Fund, pedagogical workshops, exhibition. Personal archives in some cases contain fundamental information for the recovery of memory or for the development of historical, scientific or technological research in the country. Knowing and identifying this important documental source can result, in most cases, in a complex activity that is difficult to develop. However, identifying and promoting the dissemination of the main photographic archives, at a local and national level, will provide, in the medium and long term, subsidies for important investigations that have as their object the Brazilian documentary and cultural heritage.

Keywords: Archivology; Catalog; Education – Espírito Santo (State); Photography; Memoirs.

1 INTRODUÇÃO

A imagem fotográfica desempenha um importante papel na transmissão, conservação e visualização das atividades políticas, sociais, científicas ou culturais da humanidade. Além disso, reduz a tridimensionalidade característica do mundo real à bidimensionalidade própria do plano, marcada por um quadro, escolhido pelo fotógrafo, como limite infranqueável e com uma destacável alteração da escala de representação.

As fotografias estão em nossas casas em álbuns, emolduradas em paredes, nas estantes, ou em nossas carteiras. Embora sendo importante documento de memória pessoal, desde os primórdios da fotografia essa não é a única função de uma coleção ou de conjuntos específicos de fotografia. Desta maneira, no mundo inteiro se fotografa, seja por profissionais ou por amadores, e se publica em periódicos, revistas, livros, cartazes e também entram em fototecas, arquivos, banco de imagens, coleções ou álbuns.

Cumprindo diferentes funções e atendendo a critérios distintos, as fotografias se encontram custodiadas em arquivos, museus, bibliotecas e outras instituições públicas de caráter cultural, bem como também são conservadas em fundos e coleções em âmbito privado. Conhecer e estudar essa importante fonte documental e artística pode resultar, com frequência, uma atividade larga e penosa. Facilitar a difusão dos principais arquivos e coleções fotográficas ajudará a iniciar, ou continuar, frutíferas investigações que tem como objetivo a preservação e difusão do patrimônio fotográfico.

2 A FOTOGRAFIA COMO OBJETO DE DESCRIÇÃO

No que diz respeito à descrição arquivística o projeto entende como sendo uma elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, por meio da extração, análise, organização e registro de informação visando identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu. (CIA, 2000).

A descrição arquivística é a atividade que permite a compreensão ampla do conteúdo do documento, possibilitando tanto o conhecimento como a localização dos documentos que o integram, o seu contexto de produção e arquivístico. As vantagens de uma atividade de descrição constante e eficiente são a conservação dos fundos, facilidade de acesso aos documentos, favorecimento do controle por parte do arquivista, economia nas horas de trabalho do pesquisador, redução do desnível entre a demanda dos pesquisadores e a oferta da instituição e agilização na administração da instituição custodiadora.

Somente a descrição arquivística garante a compreensão ampla do conteúdo de um acervo, possibilitando tanto o conhecimento como a localização dos documentos que o integram. Sem a descrição, corre-se o risco de criar uma situação semelhante à do analfabeto diante de um livro, que ele pode pegar e folhear, mas ao qual não pode ter acesso completo por não possuir meios que lhe permitam compreender a informação (LOPEZ, 2002).

O projeto mostra-se como uma oportunidade de contribuímos com as diretrizes e objetivos do Plano Nacional de Cultura ao promovermos o tratamento de uma documentação, preservação, pesquisa e difusão dos acervos de interesse público e social. Além disso, a temporalidade da documentação possibilita um entendimento do papel da cidade e seu diálogo com a população e a geografia urbana no decorrer da história.

Com a organização de um catálogo e a elaboração de um eficiente instrumento de pesquisa o projeto irá possibilitar mais pesquisas, que vão resultar em vários produtos como monografias, livros, exposições, documentários etc. Outra forma de benefício ao grande público (não só os pesquisadores especializados) é permitir subsídios no planejamento das políticas públicas destinadas a cultura e as ações de vários profissionais ao terem acesso as imagens e informações que subsidiarão seus trabalhos demonstrando as transformações das cidades e do cotidiano.

O trabalho de digitalização do acervo focou na produção de cópias digitalizadas, a partir do original, possibilitando a criação de matrizes digitais. As matrizes digitais servirão para o manuseio virtual, em substituição ao manuseio físico. As cópias receberam tratamento através de programas específicos de computação gráfica e a digitalização atendeu as Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes (Conselho, 2017) do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq).

Entre os motivos para a digitalização destacamos a contribuição para o amplo acesso e disseminação dos documentos arquivísticos por meio da Tecnologia da Informação e Comunicação; possibilidade de intercâmbio de acervos documentais e de seus instrumentos de pesquisa por meio de redes informatizadas; promoção das entidades custodiadoras dos

acervos e a difusão dos acervos fotográficos não digitais; preservação e segurança dos documentos arquivísticos originais que estão em outros suportes não digitais, por restringir seu manuseio.

3 PATRIMÔNIO FOTOGRÁFICO E O ARQUIVO PESSOAL

Ao nos referirmos ao patrimônio fotográfico o mesmo é aqui entendido como a ideia de organização, guarda, preservação e possível divulgação de acervos fotográficos que compreendem também os objetos e documentos, incluindo materiais relacionados às indústrias fotográficas, tais como publicações, fotografias, cartazes, materiais publicitários, manuscritos e várias criações, entre as quais estão equipamentos técnicos e conceitos como a perpetuação de técnicas e ambientes caídas em desuso associado à reprodução e apresentação desses meios.

Os critérios para fundos não corporativos de pessoas e de famílias têm sido raramente trabalhados na literatura arquivística. Isso acontece talvez porque a questão parece ser tão evidente que não é preciso dizer nada (COOK, 2017). Relativamente em comparação com fundos criados por entidades coletivas, isso pode ser verdade, mas não em termos absolutos. Arquivos não são coleções artificiais adquiridas, arranjadas e descritas inicialmente por tema, local ou tempo, e sim em uma relação contextual, orgânica e natural com sua entidade produtora e com os atos de sua produção.

Importante tentarmos aqui estabelecer a diferença entre fundo e coleção visando um melhor entendimento de nosso trabalho arquivístico. No caso, da coleção estamos diante de um ato voluntário. A partir de alguns critérios geralmente pré-estabelecidos, uma pessoa ou instituição decide criar, por vontade própria, uma coleção para uso e desfrute pessoal ou coletivo. Além disso, no caso específico das fotografias, o conjunto reunido é composto por muitos autores diferentes que podem vir de diferentes procedências, o que nos leva a um conjunto documental sem organicidade, ou seja, não existe uma relação natural entre os documentos do arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora.

Por outro lado, o fundo com documentos fotográficos vem de um ato inevitável. Espontaneamente e como resultado da atividade, profissional ou amador, do seu criador, é produzido um conjunto de documentos fotográficos que de maneira acumulativa geram um arquivo. Geralmente resultantes do trabalho de um fotógrafo profissional, uma família, uma pessoa, uma instituição ou uma empresa fotográfica (BOADAS I RASET, 2016).

Em conclusão, portanto, os critérios para definir um fundo envolvem duas questões:

um produtor definido (entidade coletiva ou pessoa) e um sistema de arquivamento de documentos relacionados. Se ambos existirem independentemente e demonstrarem alguma continuidade ao longo do tempo, então todo o acúmulo físico de documentos resultante daquele produtor (como séries, dossiês/processos e/ou itens) pode ser identificado como um fundo (COOK, 2017).

Referente a metodologia arquivística foi adotado mantermos os documentos dentro das séries estipuladas, conforme as principais atividades de seu produtor, de forma a refletirem as relações funcionais e estruturais da pessoa que as produziu, evitando o risco de se perderem caso o arranjo não fosse estabelecido. Carvalho e Alencar (2010) destacam que: “na arquivística, [...], a noção de contextualização se fixa na ‘gênese documental’, isto é, no momento de produção, incluindo ainda o pequeno circuito que cumpre o documento dentro da empresa, instituição ou vida privada.” Foi nessa perspectiva que pensamos, organizamos e apresentamos essa proposta de arranjo e descrição.

Arquivos pessoais são entendidos como conjuntos documentais, de origem privada, acumulados por pessoas físicas e que se relacionam de alguma forma às atividades desenvolvidas e aos interesses cultivados por essas pessoas, ao longo de suas vidas. Essa acumulação resulta da seleção dos documentos a serem guardados, entre todos os papéis manuseados cotidianamente, e vai sendo feita ao longo do tempo. Muitas vezes, principalmente no caso de arquivos privados de pessoas públicas, essa seleção também é feita por auxiliares e, após a morte do titular do arquivo, por familiares e amigos.

Os arquivos pessoais constituem valiosas fontes de pesquisa, seja pela especificidade dos tipos documentais que os caracterizam, seja pela possibilidade que oferecem de complementar informações constantes em arquivos de natureza pública. O crescimento das pesquisas nas áreas de história da vida privada e história do cotidiano, bem como o interesse crescente pelas análises de tipo biográfico e pelas edições de correspondência escolhida, têm aumentado a procura por este tipo de fonte, chamando atenção para a importância de sua preservação, organização e abertura à consulta pública. (CPDOC, 2019)

Na busca da organização da informação para disponibilizar o patrimônio documental em questão decidimos por uma visão abrangente da descrição arquivística, sendo assim optamos por elaborar o presente catálogo e disponibilizar as imagens pela plataforma do AtoM do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, doando o acervo e uma matriz digital para a instituição visando a difusão da informação e a construção do conhecimento referente ao Espírito Santo.

Trabalhamos com a perspectiva dada por Michael Cook, em seu livro *Information*

Management and Archival Data, onde a descrição tem como base a teoria da representação compreendendo que enquanto os arquivos originais devem ser necessariamente armazenados na estante numa determinada ordem e localização física (normalmente em embalagens fechadas), as representações dos originais podem ser multiplicadas e armazenadas em qualquer ordem e em qualquer lugar que seja considerado útil, ou seja, acessível ao usuário (para os mais diversos usos: educacional, curiosidade, cultural, para criar outros produtos, publicidade etc.).

Robledano Arillo (2015) destaca que a digitalização melhora a difusão e a visibilidade dos acervos fotográficos, seus serviços aos usuários, a reprodução de seus conteúdos e a conservação do material físico e de suas imagens. Todavia, o autor destaca que uma digitalização realizada corretamente se torna um aliado imprescindível para estas atividades, enquanto uma má digitalização se tornará um fardo para sua realização e, portanto, uma fonte contínua de problemas na organização onde se encontra o fundo.

O desenvolvimento de uma metodologia descritiva e uma metodologia adequada constitui um ponto de partida para aproximarmos a sociedade do patrimônio fotográfico. Consideramos que o tratamento documental é somente uma parte do processo que se completa com a difusão, nosso grande desafio e compromisso com a sociedade como mediadores culturais é proporcionar o conhecimento da memória e fazer com que se conheça o patrimônio fotográfico através de diversos produtos com um resultado atrativo, divulgativo e de acesso universal.

4 ELABORAÇÃO DO CATÁLOGO E O TRABALHO DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

A publicação deste catálogo faz parte de um projeto financiado pelo Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo (FUNCULTURA), cujos recursos visam a incentivar a formação e a fomentar a criação, a produção e a distribuição de produtos e serviços que usem o conhecimento, a criatividade e o capital intelectual como principais recursos produtivos, tornando a atividade cultural uma importante estratégia nos programas de desenvolvimento do Estado do Espírito Santo. Nesse contexto, o projeto intitulado “O Mundo da Educação em Imagens: acervo pessoal de José Celso Claudio” foi contemplado pelo edital nº 019/2019, que atende a projetos culturais e concessão de prêmio para inventário, conservação e reprodução de acervos no estado.

O acervo fotográfico composto por fotografias e documentos textuais contempla a trajetória administrativa e pessoal do Professor e ex-Secretário de Educação José Celso

Claudio. Segundo Lopes (1998), a descrição consiste no conjunto de procedimentos que, a partir dos elementos formais, de conteúdos e normas, permitem a identificação de documentos de arquivo e a elaboração de instrumentos de pesquisa e acesso à informação. Dentro da perspectiva da Arquivística Integrada, a descrição começa no processo de classificação, continua na avaliação e se aprofunda nos instrumentos de busca mais específicos, no arquivo permanente.

Após esse tratamento o mesmo está disponibilizado para consulta presencial e no site do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo que recebeu a doação do acervo para consulta dos pesquisadores no local. O projeto ainda realizou entre seus produtos oficinas de capacitação técnica, exposição fotográfica, palestra e lançamento do catálogo. Salvador Benítez, Ruiz Rodriguez (2006) destacam que a principal motivação para a proposição de um marco normativo nos arquivos é facilitar a recuperação da informação e o intercâmbio de informação num sistema unificado. A progressiva automatização dos arquivos apresenta a necessidade de normalizar os processos de controle dos documentos e os elementos de identificação durante o tratamento documental, sendo que a automatização é a verdadeira justificativa, pois sem ela a descrição não irá alcançar o objetivo que vários arquivos formem parte de um mesmo sistema de acesso universal.

A relevância deste projeto justifica-se pela importância de uma política de descrição no país a respeito de arquivos históricos, pois a produção de instrumentos de pesquisa bem planejados e elaborados oferecem condições aos pesquisadores de melhor orientar sua pesquisa, ampliando as possibilidades de documentos a serem consultados. Igualmente, possibilita as instituições custodiadoras a divulgarem a documentação e a preservá-la, uma vez que, em muitos casos, reduz seu manuseio. O crescimento das pesquisas nas áreas de história da vida privada, história da administração pública e história da educação, bem como o interesse crescente pelas análises de tipo biográfico e pelas edições de correspondência escolhida, têm aumentado a procura por este tipo de fonte, chamando atenção para a importância de sua preservação, organização e abertura à consulta pública.

A descrição arquivística é a atividade que permite a compreensão ampla do conteúdo do documento, possibilitando tanto o conhecimento como a localização dos documentos que o integram, o seu contexto de produção e arquivístico. As vantagens de uma atividade de descrição constante e eficiente são: conservação dos fundos, facilidade de acesso aos documentos, favorecimento do controle por parte do arquivista, economia nas horas de trabalho do pesquisador, redução do desnível entre a demanda dos pesquisadores e a oferta da instituição, e agilização na administração da instituição custodiadora.

O catálogo é instrumento de pesquisa em que a descrição exaustiva ou parcial de um fundo ou de uma ou mais de suas subdivisões toma por unidade a peça documental, respeitando, ou não, a ordem de classificação. Para Salvador Benítez (2015) os instrumentos de pesquisa (guias, inventários e catálogos), resultados diretos da gestão documental, são as principais fontes de informação dirigidas para fim de difusão e mediação cultural dos acervos.

As vantagens e a importância da digitalização do acervo fotográfico são a de contribuir para o amplo acesso e disseminação dos documentos, pois permitirá o intercâmbio do acervo e de seu instrumento de pesquisa por meio de redes informatizadas, promoverá a difusão e reprodução do acervo, além de incrementar a preservação e segurança dos documentos arquivísticos originais que estão em outros suportes não digitais, por restringir seu manuseio.

Concernente a difusão do acervo, além da produção do catálogo, da elaboração de uma exposição, o mesmo estará disponível no AtoM do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. O AtoM é um aplicativo de descrição arquivística voltado para web, permitindo que as instituições possam disponibilizar seus acervos arquivísticos via internet. Esse aplicativo foi encomendado pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA) e abrange normas internacionais de descrição arquivística e pode ser acessado no *site* da instituição.

No que tange a organização do acervo optamos por manter a ordem original do fundo no que se refere a configuração material. Entendemos que essa opção garantiria o contexto do acervo ao mesmo tempo em que não comprometeria em nenhum momento a investigação considerando que o catálogo e a inserção no AtoM propiciam a identificação de interesse na pesquisa. Optamos por uma configuração lógica de forma que a classificação observou as atividades de seu produtor, ou seja, criamos dossiês conforme suas principais atividades ao longo de sua trajetória na administração pública cuja individualidade se buscou recuperar a partir do contexto em que foram produzidos e acumulados.

O acervo fotográfico do arquivo pessoal de José Celso Claudio é composto por 284 fotografias, divididas em sete séries: Conselho Diretor IPAJM, Conselho Fiscal IBES, Departamento de Serviço Público, Documentos pessoais, Secretaria de Educação e Secretaria de Trabalho e Promoção Social, e 45 dossiês que correspondem as atividades e eventos de seu produtor, no período compreendido entre 1916 e 2015, e 0,5 metro linear de documento textual que documentam os fatos relacionados a eventos, solenidades, inaugurações, relações familiares, visitas e acontecimentos relacionados à vida de José Celso Claudio em diversas cidades no Espírito Santo.

Quadro de Arranjo do Fundo José Celso Claudio

Série Conselho Diretor IPAJM

Dossiê: Congresso Nacional dos Institutos de Previdência Social.
Dossiê: Junta de Conselheiros do IPAJM.

Série Conselho Fiscal IBES.

Dossiê: Posse do Conselho Fiscal do IBES.

Série Departamento de Serviço Público.

Dossiê: Classificação de Cargos e posse da nova diretoria da Associação dos Funcionários Públicos.
Dossiê: Entrega do anteprojeto de classificação de cargos dos funcionários públicos.
Dossiê: Evento Brasília.
Dossiê: Publicações de nomeação.
Dossiê: Reunião Governador Francisco Lacerda de Aguiar.
Dossiê: Reunião Governador Jones dos Santos Neves.
Dossiê: Reunião Semanal de Secretarias.

Série Documentos Pessoais.

Dossiê: Anônimas.
Dossiê: Centenário de São Miguel do Veado.
Dossiê: Documentos identitários.
Dossiê: Escritos pessoais.
Dossiê: Evento Catedral Metropolitana de Vitória.
Dossiê: Formação Acadêmica Escolar.
Dossiê: Homenagens.
Dossiê: Inauguração Clínica Dentária José Celso Claudio.
Dossiê: Manifestações póstumas.
Dossiê: Postais.
Dossiê: Praça de Afonso Claudio.
Dossiê: Relações familiares.
Dossiê: Retrato.

Série Secretaria de Educação.

Dossiê: Assinatura do decreto de isenção de taxas de ensino.
Dossiê: Atividades agrícolas escolares.
Dossiê: Atividades Cívicas Escolares.
Dossiê: Bancas examinadoras de concursos de professores.
Dossiê: Comissão de Prédios Escolares.
Dossiê: Escola Normal Pedro II. Comemorações das Olimpíadas Escolares de 1948.
Dossiê: Escola Professor Lellis.
Dossiê: Evento no Hotel Quitandinha.
Dossiê: Faculdade de Direito.
Dossiê: Gabinete Secretaria de Educação.
Dossiê: II Conferência Nacional de Educação.
Dossiê: Posse Secretaria de Educação – 1966.
Dossiê: Posse Secretaria de Educação – 1948.
Dossiê: Professores do Grupo Escolar de Guaçuí.
Dossiê: Semana de Estudos para Execução do Plano Nacional de Educação.
Dossiê: Serviços de Pesquisas Pedagógicas.
Dossiê: Visita ao Grupo Escolar Vasco Fernandes Coutinho.
Dossiê: Visita do deputado Café Filho ao Espírito Santo.
Dossiê: Visita Escola Agrária de Santa Teresa.
Dossiê: Visita Escola Normal Maria Mattos.
Dossiê: Visita Faculdade de Farmácia e Odontologia do Espírito Santo.

Série Secretaria de Trabalho e Promoção Social.

Dossiê: Posse Secretaria de Trabalho e Promoção Social.

Os documentos receberam um código de referência da seguinte forma: **BR.APEES.JCC.EDU.5.F.041.** – em que BR, corresponde ao país de origem (Brasil); ESAPEES é o Código de Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos (CODEARQ) cadastrado junto ao CONARQ, nesse caso do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo que está recebendo o acervo; JCC é a abreviatura do nome do Fundo, no caso José Celso Claudio; 5 corresponde a ordem do dossiê dentro da série, enquanto F.41 é o código topográfico do documento para a localização física do mesmo no acervo, ou seja, a fotografia de número 41.

Optou-se por uma organização intelectual de dossiês por atividades conforme a pesquisa realizada e que são referentes ao conjunto que refletem visitas oficiais, representação em eventos nacionais, visitas ao interior do estado, prédios escolares, vida familiar, formação escolar e acadêmica e acontecimentos relacionados à vida pública e pessoal do ex-Secretário de Educação José Celso Claudio, de forma a atender os interessados na consulta ao acervo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto resultou na publicação desde catálogo e na descrição do Fundo José Celso Claudio. A digitalização de todo o material recebeu minucioso trabalho de identificação e adequação do acervo para inserção na plataforma do AtoM do APEES com uma dedicação de toda a equipe do projeto e seus colaboradores visando proporcionar a sociedade um amplo acesso a esse acervo. Destacamos mais uma vez que esse projeto só foi possível graças ao recurso disponibilizado pelo Funcultura, da Secretária de Estado da Cultura e esperamos que esse trabalho proporcione mais pesquisas e produtos culturais (livros, exposições, filmes, monografias etc.) valorizando a história política, social, educacional e cultural do Espírito Santo.

Os arquivos pessoais em alguns casos possuem informações fundamentais para a recuperação da memória ou para o desenvolvimento da pesquisa histórica, científica ou tecnológica do país. Conhecer e identificar essa importante fonte documental pode resultar, na maioria das vezes, numa atividade complexa e de difícil desenvolvimento. Porém, identificar e proporcionar a difusão dos principais arquivos fotográficos, em nível local e nacional, propiciará, a médio e longo prazo, subsídios para importantes investigações que tenham como objeto o patrimônio documental e cultural brasileiro.

Nessa perspectiva os arquivos pessoais e familiares das personalidades e agentes públicos de grande relevância são de importante valor para o patrimônio documental devido as possibilidades da reconstituição da história e da memória do Espírito Santo e de grande valor para o patrimônio cultural brasileiro, pois resgatam as transformações e permanências que caracterizam a evolução do estado e da sociedade capixaba no tempo e no espaço.

REFERÊNCIAS

BOADAS I RASET, J. Un tiempo nuevo en la gestión del patrimonio fotográfico: desafíos y oportunidades. **Patrimonio cultural de España**, ISSN 1889-3104, n.º 11, 2016 (Ejemplar dedicado a: Fotografía y patrimonio a debate), págs. 17-36.

CARVALHO, V. C. de; ALENCAR, M. de O. Por histórias das fotografias: do índice ao artefato. In: **Registros fotográficos, Patrimônio e Memória da USP**. [S. l.: s.n.], 2010.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

COOK, M. **Information management and archival data**. 1993, London: Library Association Publishing.

COOK, T. **O conceito de fundo arquivístico**: teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial [recurso eletrônico]. Tradução de Silvia Ninita de Moura Estevão e Vítor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.

CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **O que são arquivos pessoais**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>. Acesso em: 09set. 2019.

LOPEZ, A. P. A. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

ROBLEDANO ARILLHO, J. La digitalización de fotografías. In: SALVADOR BENÍTEZ, A. **Patrimonio fotográfico**: de la visibilidad a la gestión. Gijón: Trea, 2015.

SALVADOR BENÍTEZ, A. Conocer e describir el patrimonio fotográfico. In: SALVADOR BENÍTEZ, A. **Patrimonio fotográfico**: de la visibilidad a la gestión. Gijón: Trea, 2015.

SALVADOR BENÍTEZ, A.; RUIZ RODRIGUEZ, A. A. **Archivos fotográficos**: pautas para su integración em El entorno digital. Granada: Editorial Universidad e Granada, 2006.

ANEXO A – DESCRIÇÃO FUNDO JOSÉ CELSO CLAUDIO

ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	
Código de referência	BR.ESAPEES.JCC
Título:	José Celso Cláudio
Datas:	1916-2015
Nível de descrição:	Nível 1 (fundo)
Dimensão e suporte:	Iconográficos 284 fotografias, textual 0,5 metro linear.
ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO	
Nome(s) do(s) produtor(es)	José Celso Cláudio; Serviço de Cinema, Rádio e Teatro Educativo-Secção Fotográfica.
História administrativa/Biografia	<p>Nascido na Serra, em 27 de setembro de 1905, José Celso Cláudio iniciou sua vida pública como professor primário e, posteriormente, inspetor escolar. Em 1935 ocupou o cargo de Diretor do Grupo Escolar Professor Lellis Horta, na cidade de Alegre, a antiga Freguesia de Nossa Senhora de Penha de Alegre, havendo organizado com a colaboração do inspetor João Ribas da Costa, um congresso pedagógico, o segundo do estado.</p> <p>Durante a gestão de Eurico Aguiar Salles no cargo de secretário de Educação e Cultura, José Celso Cláudio constituiu a Comissão de Prédios Escolares onde ocupava a presidência constituída ainda por um médico, um engenheiro e um arquiteto.</p> <p>Em seguida foi Diretor da Divisão da Administração da Secretaria de Educação. Organizou o Departamento de Serviços Públicos, onde foi diretor por duas vezes. Na década de 40, bacharelou-se em Direito, No primeiro governo de Carlos Lindenberg, foi Secretário de Educação, voltando a exercer esse mesmo cargo na administração de Rubens Rangel. No governo de Hércio Cordeiro, foi Diretor do Departamento de Administração, antigo Departamento de Serviço Público, que depois passaria a ser a Secretaria de Administração. Em 1949, propôs e obteve do Governador do Estado, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, a gratuidade do Ensino de todos os graus.</p> <p>Em janeiro de 1967, foi contratado para elaborar a reforma administrativa da Prefeitura Municipal de Vila Velha e, em 1968, foi nomeado procurador do citado município em cujo exercício esteve até julho de 1969.</p> <p>Quando estava aposentado retornou ao serviço público para atuar como colaborar no Gabinete da Secretaria de Promoção e Trabalho, havendo exercido, em substituição, o cargo de secretário com o afastamento de titular, permanecendo depois na função de chefe de gabinete.</p> <p>Quando no exercício do cargo de Diretor da então Divisão Técnica da Secretaria de Educação e Saúde, representou, por diversas vezes, o Estado do Espírito Santo nas reuniões do Ministério da Educação e Cultura sobre alfabetização de adultos. Quando Secretário de Educação e Cultura, compareceu à II Conferência de Educação realizada em abril de 1966 em Porto Alegre, e a diversas reuniões no Rio de Janeiro e finalmente à realizada em Brasília, em janeiro de 1967, todas relativas ao Plano Nacional de Educação.</p> <p>Prestou relevantes serviços ao Estado, e além dos já citados, atuou na criação da Faculdade de Odontologia. Exerceu, por vários anos, as funções de Conselheiro do Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro, foi também presidente da Associação dos Funcionários Públicos do Estado do Espírito Santo.</p> <p>Elaborou diversos projetos de lei de reformas administrativas, estatuto dos funcionários públicos, classificação e reclassificação de cargos do funcionalismo estadual, enfim, é até hoje lembrado como uma das figuras na vida administrativa da história do Espírito Santo pela sua postura, trabalho e atuação prestado à causa pública.</p> <p>Tinha na faculdade de Odontologia a sala de prótese com o seu nome, na faculdade de Farmácia um pavilhão com seu nome e, em Laranja da Terra, um grupo escolar em sua homenagem.</p> <p>Uma das principais ruas do bairro de Jardim Camburi em Vitória, ES, leva o nome do professor, advogado, funcionário público e administrador que, por duas vezes, ocupou o cargo de Secretário de Educação. Destacou-se pela construção de várias escolas no interior do estado e pela gratuidade do ensino público. Faleceu em 1975, aos 69 anos.</p>

História arquivística	<p>Após a morte de José Celso Cláudio, em 1975, seu acervo ficou sob a custódia da família e com o tempo surgiu o interesse dos familiares doarem o acervo arquivístico para uma instituição de memória. O acervo estava sob a custódia e responsabilidade do neto e professor da Universidade Federal do Espírito Santo, Mário Cláudio Simões. Com um desejo de proporcionar um destino ao acervo do avô entrou em contato com o professor e arquivista André Malverdes e a pesquisadora Clara Zandomenico, que juntos decidiram pleitear apoio e recursos junto ao Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo no ano de 2020, especificamente no edital 019/2019 - Inventário, Reprodução e Conservação de Acervos, tendo sido contemplado e assinado o termo de compromisso para o tratamento dos documentos do arquivo pessoal de José Celso Cláudio.</p> <p>Paralelamente a essa ação foi realizado o contato com o Arquivo Público do Estado do Espírito para verificar o interesse de receberem a doação do acervo, para a qual foi dada uma resposta positiva, desde que o mesmo estivesse devidamente catalogado, acondicionado e descrito conforme as orientações arquivísticas.</p> <p>Durante o ano de 2021, com recursos do Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo, com a coordenação da pesquisadora Clara Zandomenico e orientações técnicas do Arquivista e Historiador André Malverdes, o acervo recebeu tratamento visando a descrição conforme a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), digitalização conforme as Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes do Conselho Nacional de Arquivos e disponibilização do acervo digital pelo site do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.</p>
Procedência	Documentos doados em formato físico ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo para disponibilização ao público conforme documento de doação assinado em evento no mês de dezembro de 2021.
Área de conteúdo e estrutura	
Âmbito e conteúdo	<p>As imagens além de mostrarem um pouco das cidades do Estado do Espírito Santo demonstram também o cotidiano e o estilo da sociedade e da administração pública no período em que José Celso Cláudio esteve ativo profissionalmente e, inclusive, de suas relações pessoais e familiares (1905-1975).</p> <p>O acervo reúne fotografias, postais, certificados, diploma, discurso, entre outros documentos referentes à vida pessoal e à trajetória profissional do produtor como professor, Secretário de Educação, administrador e advogado.</p> <p>As fotografias retratam as relações familiares, representações em eventos nacionais da educação, prédios escolares, posse em diversos cargos, visitas oficiais, entre outras situações nas quais podemos observar a história da educação, da administração pública e da sociedade capixaba.</p>
Sistema de arranjo	O fundo está organizado em seis séries: Conselho Diretor IPAJM, Conselho Fiscal IBES, Departamento de Serviço Público, Documentos pessoais, Secretaria de Educação e Secretaria de Trabalho e Promoção Social, e 45 dossiês divididos por atividades.
Área de condições de acesso e uso	
Condições de acesso	Sem restrições no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.
Condições de reprodução	Os documentos podem ser solicitados mediante termo de compromisso de citação das fontes e dos direitos autorais conforme as normas de acesso do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.
Idioma	Português-BR
Instrumentos de pesquisa	MALVERDES, Clara Zandomenico. Memórias Fotográficas da Educação Capixaba: catálogo do acervo José Celso Cláudio. Vitória: AARQES, 2021.
Área de fontes relacionadas	
Existência e localização dos originais.	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Brasil)
Área de controle da descrição	
Nota do arquivista	Arquivista responsável: André Malverdes (SRT-ES 59/04)
Regras ou convenções	Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE).
Data(s) da(s) descrição(ões)	Janeiro a dezembro de 2021.